

## ANÁLISE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

### Introdução

Não é propósito de ninguém e menos meu, assestar baterias para "destruir" a universidade brasileira. Mas é meu propósito identificar as falhas, divulgá-las, propor soluções, discuti-las, para que acabemos por ter uma universidade moderna que lidere efetivamente o processo de desenvolvimento econômico e cultural brasileiro. A opinião pública parece estar consciente de que as coisas não andam bem e da necessidade de corrigi-las. Não se pode perder esta oportunidade.

Há certas reações químicas que só se processam quando está presente um elemento auxiliar, mas indispensável, chamado catalítico. Os objetivos finais visados são os produtos da reação, mas esta não se processa e os produtos não são obtidos sem o catalisador. Por analogia, podemos dizer que há várias reações de natureza social que estão à espera dêsse elemento para se processarem.

O sistema educacional pode ser assim considerado e este dentro de outro mais abrangente, o do desenvolvimento econômico com suas conseqüências de manifestação cultural.

Constitui ponto pacífico hoje em dia a tese de que o desenvolvimento econômico tem como seu elemento catalisador a educação, ou seja a capacidade de cada país de preparar o seu elemento humano para as tarefas indispensáveis ao progresso. Cito alguns exemplos já conhecidos, sob pena de incorrer em lugar comum, apenas como ilustração. O "milagre alemão", no após-guerra, o invejável progresso japonês, a assombrosa capacidade israelita, o desenvolvimento soviético, todos foram conseguidos com um amplo e reconhecido esforço educacional. Não é preciso insistir com as conhecidas relações entre níveis de renda per capita e padrões educacionais, que mostram que os Estados Unidos, os países Escandinavos, a Suíça, o Canadá, a Alemanha,

França, a Grã - Bretanha e muitos outros países desencadearam a sua reação catalítica.

Qual o elemento catalisador dentro do sistema educacional? A Universidade. Com esta afirmativa posso contradizer opiniões de muitas pessoas e é necessário esclarecê-la. Dela saem os professores que influenciarão em número e qualidade os demais níveis de ensino. Nela se realizam as pesquisas que permitem um conhecimento melhor do meio ambiente e portanto uma ação mais eficaz sobre a natureza. Ela é o grande laboratório onde se conservam e transmitem os conhecimentos adquiridos do passado e se aprimoram êsses mesmos conhecimentos. Filosofia, Arte, Ciência e Técnica têm na Universidade o ambiente apropriado para seu desenvolvimento.

E se disserem que mais importante que a universidade é a escola primária, basta lembrar que esta depende daquela para a formação dos seus quadros docentes e seu contínuo aperfeiçoamento. Mas não sobrevive qualquer uma sem a outra.

Em verdade se pode dizer que sem universidade autônoma, dinâmica, eficiente, todo o sistema educacional periclita e sem um sistema educacional adequado fica em cheque a Nação. O progresso - que se chama hoje eufemisticamente desenvolvimento - é uma consequência dessa cadeia de efeitos catalíticos.

Meu propósito hoje, perante tão nobre auditório, é o de apresentar uma análise da situação em que se encontra a nossa universidade. É de todo indispensável deixar bem claro, inicialmente, um ponto importante: não se trata de apresentar a questão em termos de universidades individuais, mas do sistema universitário em um contexto amplo. É claro que isto só se torna possível quando se comparam as várias universidades e as unidades que as compõem no tempo e no espaço. Não há uma pessoa (Reitor, Professor ou Estudante), uma universidade (particular ou pública), uma instituição (Universidade, Conselho Federal de E-

**PÁGINA INEXISTENTE NO  
DOCUMENTO ORIGINAL**

generalizadamente mal remunerados. Os critérios em voga, que consistem em atribuir-se importância marginal ao exercício do magistério geram tal estado de coisas. Qualquer profissional ou mesmo qualquer estudante de nível superior é sempre considerado capaz para dar aulas em caráter de atividade secundária, cuja principal função consiste em aumentar-lhe os rendimentos mensais. Dessa forma, o exercício do magistério raramente é uma função social integral e quem vive do magistério raramente sobrevive com a remuneração que auferir em uma só escola ou colégio. As instituições religiosas constituem neste particular honrosas exceções. Isto desestimula o exercício do magistério, enfraquecendo qualitativamente os quadros docentes e gerando, em consequência, uma deterioração qualitativa dos conhecimentos a todos os níveis.

Quando se considera o fluxo circular professor-aluno - professor, ao longo de todo o sistema, sente-se a amplitude do problema a enfrentar, mas se destaca também a necessidade urgente de resolvê-lo.

É claro que um esforço de emergência, que visasse a uma paulatina melhoria qualitativa e quantitativa de todo o sistema, teria que ter início na universidade. Trata-se-ia então de atribuir maior ênfase à formação de professores de Ciência Básica (onde residem as maiores deficiências atuais). Sem descuidar-se da formação profissional compatível com o desenvolvimento econômico. Constata-se então a existência de um obstáculo de difícil superação com a atual estrutura: em 1965 graduaram-se no Brasil, cerca de 350 licenciados em Matemática, Física e Química, 4.500 em Filosofia e Letras; 4.500 bacharéis em Direito, 2.700 em Administração e Economia, 2.300 Engenheiros e 1.800 Médicos.

A inadequação desses números às necessidades da vida moderna é por demais flagrante. As universidades estão sendo

levadas a um grande esforço de modernização e acham-se impotentes para isso. Sua estrutura administrativa e cultural, o anacronismo dos "currícula", sua fictícia autonomia cultural, ausência de pesquisa, o desconhecimento dos seus problemas internos, mantêm-na em uma rotina que urge quebrar.

A Universidade brasileira como componente do sistema ensino e do ambiente cultural.

Raros têm sido os estudos aprofundados do sistema universitário brasileiro. Na maioria das tentativas tem preponderado a análise dos aspectos culturais, tendo sido quase sempre precárias as informações estatísticas que permitissem apresentar um quadro adequado contendo detalhes quantitativos de funcionamento e financeiros. Constituíram exceção alguns trabalhos realizados na CAPES. Tive minha atenção voltada para o fato de que os Srs. Reitores, que agora reclamam pela ausência de autonomia, jamais juntaram o peso de sua autoridade para exigirem efetiva autonomia cultural. Notei também que com grande facilidade sua autoridade é lançada contra as entidades federais reclamando por insuficiência de recursos. Ora, quem conheceu mais de uma universidade brasileira e teve contato com universidades estrangeiras constata logo que o problema central não é falta de verbas, que a autonomia não é ampla, mas suficiente para, com alguma imaginação, obterem-se resultados mais do que compensadores. A partir desse raciocínio elementar, dediquei-me por algum tempo a colher informações sobre nossa universidade e a analisá-las. Os resultados dessas análises, assim como contribuições para as soluções, estão publicadas. Tentarei mostrar-lhes alguma informação concreta, devidamente atualizada, resultante desse esforço.

A Universidade deve ser encarada sob dois aspectos diversos: de um lado, recebendo os estudantes provenientes

nível médio e sofrendo as influências do ambiente sócio-cultural. De outro, influenciando o ambiente ao entregar-lhe novos profissionais, ao realizar pesquisas, inclusive formando professores e especialistas educacionais que exercerão influência sobre os níveis primário e secundário.

O seu funcionamento depende basicamente da qualidade e do número de estudantes e de professores e das instalações disponíveis. As estatísticas que se podem obter permitem que se tirem conclusões úteis para ter-se um diagnóstico preliminar que oriente a ação, procurando torná-la mais eficiente para a sociedade a que serve. É bem verdade que há necessidade de se modernizar e aprimorar essas estatísticas, mas os trabalhos iniciais de avaliação crítica já foram feitos e devem-se esperar resultados dos compensadores dentro de pouco tempo. É sabido por exemplo, que não é possível hoje obterem-se dados completos sobre graduados, corpo docente e matrículas relativos ao ano de 1966. Quanto às informações financeiras relativas à receita e despesa, só são obtíveis por consulta às próprias unidades ou no Tribunal de Contas. Por aí se vê que estará razoavelmente atualizado / quem manusear hoje dados relativos a 1964 ou 1966. Seria demais esperar que alguém dispusesse dos elementos relativos a 1968 ou mesmo a 1967. Este atraso então é inevitável, e só pode ser compensado pela existência de uma série de dados relativos a anos passados que forneça indicações suficientes sobre relações entre certas variáveis ou determinadas distorções que permitam intervir sobre o comportamento do sistema. Em outras palavras, é só a partir do conhecimento dos fatos que se pode ter orientação para as medidas a tomar. E os fatos devem ser conhecidos e interpretados com detalhe suficiente para definir a política a seguir. A impressão que se tem, facilmente comprovável é a de que as Universidades constituem unidades estanques operando com muita rotina. Os "currícula" mínimos estão fixados e pouco se faz além do que é imposto por eles; qualquer curso nô

vo, autorizado pelo Conselho Federal de Educação, tem logo que seguir o seu "curriculum" e entra na rotina geral.

Excepcionalmente algum departamento se dedica a pesquisa. Como a remuneração de corpo docente é insuficiente para o exercício do magistério em tempo integral, os professores têm, via de regra, duas ou três ocupações uma das quais é a da universidade. Em alguns casos é possível que o professor acumule duas ocupações docentes e passe a trabalhar em tempo integral. Com alguma complementação de salário por parte de uma Fundação estrangeira (Rockefeller, Guggenheim, Gulbenkian) ou do Conselho Nacional de Pesquisa, pode então realizar pesquisas, em geral com certa timidez e com pouca segurança quanto à continuidade do seu trabalho.

Tôdas as vezes que foi implantado de forma sistemática um sistema revolucionariamente nôvo para os nossos padrões, os resultados foram excelentes. Aí estão o ITA, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, alguns setores da Universidade de São Paulo (em particular o Instituto de Pesquisas Tecnológicas) a Universidade de Brasília, parte considerável dos departamentos de Ciências Básicas da PUC, os cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e de Viçosa e outros pequenos departamentos isolados espalhados pelas universidades. Mas isto ocorre por exceção. A regra Geral é o absenteísmo - justificado - do professor, e desinterêsse - justificado - do aluno, a ausência - resultante - da pesquisa.

Vejamos porém os resultados dessa situação com um pouco mais de detalhe.

### O Comportamento da Unidade Universitária.

Cumpramos analisar primeiramente de forma sucinta as relações entre a universidade e os órgãos superiores: Ministério

da Educação e Cultura e Conselho Federal de Educação.

Cada universidade é uma dependência do serviço público, quando federalizada, e está sujeita a normas burocráticas as mais variadas. Entre elas se destacam a padronização irreal dos métodos de contratação de pessoal docente e de sua remuneração - Um meio de igualar os indivíduos por baixo e a fixação da carga de trabalho semanal mínima, jamais cumprida pela maioria absoluta do pessoal, para o que contribui o tradicional "bom mocismo" brasileiro.

Na área do MEC isso é o que prepondera, sendo o orçamento o principal instrumento para a manutenção do "status - quo".

Sob o ponto de vista cultural, a autoridade suprema é o Conselho Federal de Educação, que autoriza o funcionamento de escolas, faculdades, universidades e os padrões mínimos a serem observados nos cursos específicos.

Até hoje nenhuma decisão quanto à criação de unidades novas ou cursos novos resultou de uma adequada análise do mercado de trabalho. As informações sobre o funcionamento dos cursos evidencia este fato à sociedade. Muitas universidades pequenas criadas em áreas desprovidas de recursos humanos e materiais, antes de se equacionarem as soluções dos problemas aflitivos das mais antigas e maiores. Com isto, ao se constituírem pequenas novas universidades, reduziram-se os recursos disponíveis para as demais, postergando-lhes as soluções por mais essa razão. Mas nunca se ouviu um protesto uníssono do Forum de Reitores, por exemplo, contra tal estado de coisas. Fatos semelhantes e até mais graves, ocorrem relativamente à autorização para funcionamento de escolas e faculdades isoladas, que na maioria dos casos são de Direito, Economia, Filosofia, ou Serviço Social, por motivos óbvios. Basta dizer que as estatísti-



cas registram 70 cursos de Direito, 147 de Economia e Administração, 565 de Filosofia, Ciências e Letras e 35 de Serviço Social, correspondendo a 62% do número total de cursos existentes.

A regulamentação do exercício da profissão ao portador de diploma de escola oficial, reconhecida ou autorizada, cujos padrões jamais são aferidos facilita a deterioração dos níveis qualitativos médios. As entidades profissionais têm mínima participação na fixação (e eventual atualização) dos critérios para outorga dos diplomas.

Ora, como os critérios para obter diploma e posteriormente para exercer o magistério correspondente são puramente legais e estão devidamente definidos nos regulamentos, basta ser portador de um diploma profissional para poder ser professor de uma escola ou universidade nova. Em geral este é o critério seguido nas pequenas unidades do interior. Mais recentemente, como o professor não tem que exercer o magistério em tempo integral em lugar algum, a menos de exceções, há várias escolas que funcionam na base do que se chama jocosamente "ponte aérea". Uma ou duas vezes por semana o professor se desloca de uma cidade mais importante para dar algumas aulas adicionais. Jamais ocorreu a ninguém de comparar os custos de se manter uma pequena escola ou universidade do interior nessas condições, com a solução alternativa de se pagarem bolsas aos estudantes para permanecerem nos centros mais adiantados.

É evidente então a ausência de critérios adequados para decidir sobre escolas superiores ou seus cursos e mesmo sobre os modos apropriados de fiscalizá-las, exigindo-se padrões mínimos adequados aos mercados de trabalho.

#### O Governo da Universidade.

Dirigir uma universidade em nosso país significa por

co mais do que mantê-la funcionando de acôrdo com as regras burocráticas definidas pelos órgãos máximos e dentro das suas limitações financeiras. As que estão federalizadas têm que submeter-se ao orçamento aprovado e às determinações do Tribunal de Contas da União. Estas dependem quase exclusivamente de recursos da União ao passo que as particulares têm as anuidades dos alunos como fonte considerável de recursos, recebendo também subsídios do Governo. Nas estaduais os recursos provêm dos estados respectivos.

Históricamente as nossas universidades se constituíram pela aglomeração de faculdades ou escolas profissionais independentes. Umás foram particulares e depois se federalizaram, outras apenas passaram a ter denominação "universidade" atribuída ao conjunto. Apesar de haver algumas pequenas diferenças históricas essa foi a regra geral. Só recentemente têm sido autorizadas universidades sem que existessem previamente faculdades ou escolas de cuja agregação ela se constituiriam. O caso mais importante é o da Universidade de Brasília.

Mas aquela circunstância histórica é a origem de muitos dos problemas que afligem as atuais universidades e que mantêm mantetadas as direções mais esclarecidas, pois o seu governo resulta mais do entrechoque de pressões, muito semelhante ao Governo político, que do equacionamento de problemas da comunidade ou da própria universidade para sua adequada solução. Todas as questões seguem a ordem Diretor de Faculdade - Congregação - Reitor - Conselho Universitário e o sistema de escolha das direções e das representações colegiadas está extremamente enrijecido, de forma que, dificilmente, se podem vislumbrar soluções fora desse contexto. Em um ambiente acadêmico, onde se preparam os quadros para o serviço da Nação, onde se discutem e equacionam as questões relativas à Ciência, às Artes, à Técnica, deve prevalecer a harmonia de interêsse, ouvidos e atendidos os

interesses e as reivindicações discentes. Ocorre que nas condições atuais, em que os professores não vivem os múltiplos problemas em suas áreas específicas de atuação, a única forma que permite a sobrevivência da estrutura é a que hoje está em vigor porque só os Diretores, os demais membros do Conselho Universitário e o Reitor têm vivência com os problemas administrativos e financeiros. Mas, mesmo estes, vivem de tal modo assoberbados com a rotina burocrática dos avisos, expedientes, circulares, certidões, assinaturas de cheques e prestação de contas, informações em processos, que os planos efetivos de ensino e pesquisa ficam relegados a plano secundário.

#### Dados quantitativos sobre as Universidades Brasileiras

Nos quadros I, II, e III a seguir apresentados, indicamos algumas relações que permitem que se esquematize a situação relativa a algumas universidades. Destacam-se aí nove universidades que foram objeto de minucioso estudo feito por nós e que estão apresentados no Quadro I referidas ao período 1955-1964 e no quadro II com dados atualizados para 1965 ou 1966. Seguem-se a PUC do Rio de Janeiro, cujo material estatístico me foi cedido gentilmente por seu Reitor, o padre Laércio e oito universidades federais cujos orçamentos propostos para 1968 pudemos manusear.

Denominamos a estas relações "Indicadores de Eficiência da Utilização dos Recursos Humanos, Financeiros e Físicos". A primeira delas fornece o número de alunos matriculados em cursos de graduação por membro do corpo docente. A média brasileira em 1966 foi 4,9 e no decênio 55-64 as novas universidades tiveram 6,3 alunos por professor. Observa-se que no primeiro grupo essa relação subiu em 1965/66, à exceção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ela caiu de 6,5 para 5,3

e da Universidade de São Paulo de 9,0 para 4,9. Na PUC Rio de Janeiro em 65/66 havia 6,6 e nas demais variou de 5,3 (UF. do Paraná) a 7,1 (UF. Goiás) (É necessário encarar com alguma reserva os valôres relativos a estas últimas).

Mostra o Quadro III, em maiores detalhes, a relação entre matriculados e docentes em vários cursos e várias universidades, observadas em 1965/1966. Os valôres menores estão nos cursos de Enfermagem (entre 1,0 e 2,9), Belas Artes, Farmácia, Geologia, Nutricionismo e Veterinária, e os mais elevados em Direito. A Universidade Mackenzie tem 12,4 e a do Paraná, 7,2 alu-

Estes valôres refletem a estrutura rígida da universidade brasileira, onde cada faculdade, de acôrdo com o curriculum mínimo em vigor, tem um "Quadro" de professôres, independente do número de alunos matriculados.

Fornece a segunda o número de graduados por aluno matriculado. Esta relação tende a baixar quando a universidade estiver admitindo novos alunos nos seus primeiros anos em números rapidamente crescentes (caso de Ceará) ou quando a Universidade mantiver padrões muito rigorosos de aprovação (caso provável de São Paulo). Taxas moderadamente crescentes das admissões tendem a manter esta relação estável.

O quadro I fornece ainda uma coluna com as porcentagens do número de alunos que concluem os cursos em relação ao número dos que ingressaram no primeiro ano na mesma turma. Verifica-se que, em média, 23% dos estudantes ficam pelo caminho. A análise destas relações em cada curso permite formar uma idéia muito clara do comportamento de cada turma. Quando ela for muito elevada significa que o nível do conhecimento médio dos alunos é bom, que éstos têm interêsse em permanecer nos cursos ou

que os critérios de exame são excessivamente frouxos. Nos cursos de Medicina, por exemplo, a perda média anual é de apenas cerca de 5%, ao passo que em outros cursos chega a ser superior a 50%. Nas nove universidades que estão no Quadro I observa-se que a menor sobrevivência ocorreu na UF, do Rio de Janeiro (60%) e a maior na Universidade Federal de Pernambuco (88%). Em geral os valores elevados são comparáveis aos observados em outros países, a menos de cursos individuais.

### Situação Econômico-Financeira

O quadro II contém, atualizados e a preços de 1968, alguns valores correspondentes às finanças das universidades. São eles: o custo total médio (mínimo e máximo observado no período 1956-1966 e médio correspondente ao orçamento proposto para 1968), as despesas correntes por aluno, às quais se aplicam as mesmas observações, a taxa de investimento, ou seja a relação entre o investimento total e a despesa total, a taxa de saldo (ou excedente) não utilizado em relação à despesa no exercício e a área em metros quadrados por aluno matriculado. Não nos foi possível, à época, avaliar a intensidade de utilização de laboratórios ou mesmo a disponibilidade de tais instalações.

Observa-se então que, dentro dos intervalos e no período considerado, os custos totais variaram de 0,51 cruzeiros novos na PUC Rio de Janeiro à 6,300 cruzeiros novos na UF, Ceará. Na proposta orçamentária de 1968 o maior custo médio é o da Fundação Universidade do Maranhão com 11 mil cruzeiros novos e o menor o da UF. Fluminense com 3.950 cruzeiros novos. Estas disparidades são alarmantes. Constatá-se, por exemplo, que menor custo total em qualquer ano em universidade federal foi de 2.100, na UF. do Paraná, o qual é quatro vezes o menor custo

verificado na PUC - Rio de Janeiro e está ainda 50% acima do maior custo verificado nesta. Mas, as diferenças entre os gastos totais e os gastos correntes permite observar que as universidades federais, no período, estiveram fazendo investimentos, máquinas e ainda assim tinham saldos em seus balanços anuais. Esta situação não se observa, seja nas universidades privadas, seja na Universidade de São Paulo.

Convém observar que estes valores indicam claramente uma total ausência de planejamento das universidades em conjunto. Porque os recursos que lhes são atribuídos não dependem de bons programas culturais ou de obras.

Isto aparece flagrantemente no Quadro IV onde as nove universidades estão ordenadas anualmente, de acordo com o seu orçamento anual. As Universidades de São Paulo e Federal do Rio de Janeiro, são, respectivamente, a primeira e a segunda, mas, se em 1955 seus orçamentos se equivaliam, em 1966 o da primeira é superior ao da segunda em mais de 100%.

Em 1961 porém, a UF. do Rio de Janeiro passou a quarto lugar em termos de orçamento, tendo sido sobrepujada pelas UF. do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, só recuperando a sua posição - devida, face às dimensões do seu corpo docente - três anos após.

Fato semelhante ocorreu com a UF da Bahia que passou do terceiro para o quinto lugar depois para o sexto e para o oitavo, passando a ter o 7º orçamento só em 1966.

Não disponho dos valores mais recentes, relativos a 1967 - 1968 de todas as universidades ou mesmo das do grupo em tela, mas há indicações de que a UF. do Ceará está hoje com o quarto ou mesmo o quinto orçamento.

Para estas alterações, seja na ordenação dos orçamentos, seja na sua ordem de grandeza, o único argumento válido foi de natureza política. Como a Universidade não precisa demonstrar desempenho, cada Reitor luta por verbas quanto pode. A qualquer instante cada um tem sempre a esperança de ser o favorecido, o que explica a razão de nunca tentarem eles impor uma disciplina nos critérios de distribuição de verbas.

Mas, não só estas alterações relativas ocorreram. A criação de novas e pequenas universidades contribuiu para redistribuir-se, como já mencionamos, as verbas totais disponíveis, a um número maior de universidades, sem se tentar melhorar as condições das mais antigas. No decorrer do processo inflacionário todos tinham a impressão de que o bolo estava crescendo / quando na verdade a fatia que cabia a cada uma ia murchando.

Enquanto esta situação evoluía, a Universidade de São Paulo progredia, e as universidades privadas, aparentemente, mal dispunham de recursos para sobrevivência, mas, seus graduados iam disputando o mercado em condições competitivas.

## O Futuro

Tudo indica que a Sociedade Brasileira, particularmente em decorrência dos esforços indispensáveis ao processo de desenvolvimento econômico, não conta com um sistema educacional adequado. Particularmente, a Universidade não é suficientemente moderna ou flexível para as rápidas transformações sociais e culturais que se vêm processando.

Tal estado de coisas vem se tornando cada vez mais agudo e está impondo uma reformulação da atual estrutura. Vimos que há sérias indicações de má utilização dos recursos conhecidos por outro lado várias manifestações das fraquezas do sistema: evasão de cientistas, elevada participação de cursos e matrículas em cursos de Direito, Filosofia, Economia, de duvidoso mercado, permanente e generalizado estado de agitação estudantil, provocado em parte pela frustração gerada pelas insuficiências das faculdades ou escola.

A preocupação com o equacionamento das soluções é grande. Várias medidas já foram tomadas, ou estão em estudo de caráter normativo - Reforma Universitária, projeto Walnyr Chagas por exemplo - visando à reformulação total do Sistema Universitário.

Sua implementação definitiva, porém, e so resulta dos que se pode esperar dessas medidas vêm sendo muito lentos. Talvez porque ainda não se encontrou o nó górdio que mantêm manietadas tôdas as pessoas de boa vontade e patriotismo, de sejosos de sentir as soluções. Qual o nó górdio? Terá solução política? Será de natureza administrativa? Ninguém dispõe de respostas simplistas para estas indagações. Conhecem-se várias sugestões para as soluções. Mesmo com o risco de tornar-me mais enfadonho do que já fui, vou enumerar algumas.

A ação deve ser empreendida simultâneamente a vários níveis; deve ser firme e decidida. Algumas medidas podem ser tomadas a curto prazo e das depende a sorte dos objetivos visados a prazo mais longo. Cumpre advertir desde lo-



go que prazo curto deve ser entendido aqui um período de até cinco anos e longo prazo um período compreendido entre cinco e vinte anos. Mas não é necessário ser dogmático acêrca destes valores, nada havendo que nos impeça de desejar, otimisticamente, que sejam ambos reduzidos.

A ação que se exerça, sôbre as universidades seja indiretamente, seja diretamente, não implica em eliminar ou sequer reduzir sua autonomia cultural. O que é passível de dúvida é se as universidades com o ténue contrôle sôbre elas exercido pelo Govêrno através dos seus órgãos competentes, teriam tido condições para programar suas atividades e para aplicar os recursos públicos de forma adequada. Esta conclusão impõe então que se opine pela adoção de um sistema mais rígido de contrôle de aplicação dos recursos e que a distribuição destes se faça por critérios de eficiência de desempenho adequado.

Várias medidas podem então ser tomadas com o objetivo de tornar a universidade brasileira mais adequada. As de curto prazo seriam, a nosso ver, as seguintes:

1 - Implantação de uma "operação produtividade", que vem sendo proposta pelo Ministério do Planejamento, cujo objetivo é aumentar a utilização dos recursos disponíveis, sejam êles humanos, financeiros ou físicos. A aplicação desta medida deve ter caráter de primeira prioridade, d<sup>o</sup>ramos mesmo de urgência. Implicará na adoção de novos turnos de trabalho, na exigência do cumprimento de horários mais longos por parte do corpo docente. Esta medida só pode trazer bons resultados se simultâneamente fôr sendo estabelecido o regime de tempo integral com adequada remuneração do corpo docen

Implantação em caráter transitório, de cursos de recuperação para os alunos reprovados parcialmente nos vestibulares. Esta medida, reconhece, implicitamente, que uma boa parte dos vestibulandos não tem conhecimentos específicos su

ficientes mas que pôde ter capacidade intelectual para prog<sup>ressar</sup> seguir nos cursos superiores. Já foi adotada na Universidade de Brasília.

3 - A rápida adoção do vestibular unificado em cada universidade, permitindo-se a inscrição em mais de um curso de livre escolha. É claro que o ideal será ter-se um sistema educacional tão eficiente e homogêneo que bastaria o certificado de conclusão de curso médio para a obtenção de matrícula automática na universidade. Estamos ainda muito distantes do dia em que êsse ideal será atingido.

4 - Maior aproveitamento das vagas disponíveis em diferentes universidades. É claro que isto supõe que as universidades tenham cursos homogêneos o que talvez ocorra.

É necessário então, identificar as fraquezas de cada uma e eliminá-las.

5 - Estudo detalhado visando a uma expansão mais rápida do número de vagas nos cursos mais procurados, como medicina, ou dos que sejam considerados prioritários, como os de Ciência básica. É indispensável considerar-se a possibilidade de isto ser obtido mesmo à custa de recursos excedentes disponíveis para outros cursos.

6 - Revisão dos níveis salariais do magistério Superior e Secundário. As atividades no magistério secundário devam tornar-se cada vez mais atraentes aos jovens capazes. Esta medida é essencial para que se possa processar a desejada elevação da qualidade dos cursos de nível médio.

7 - Obter maior participação das Associações de classe, do Governo e das classes Empresariais, na formulação da política das universidades. O interesse, e mesmo esta participação, explicam boa parte do sucesso das Campanhas movidas

pela PUC do Rio de Janeiro para angariar fundos para seus programas de expansão.

## 8 - Reformulação administrativa das universidades

Nenhuma destas medidas deve ser considerada ou foi concebida isoladamente. Cada uma e todas elas visam a facilitar o atingimento dos objetivos de longo prazo. Seriam êstes:

1 - O funcionamento da universidade sob uma nova estrutura, mais moderna, mais flexível, mais consciente dos problemas nacionais. A universidade reformada significará corpos docente e discente trabalhando em tempo integral, em sua maioria; pesquisa generalizada.

2 - Dar condição ao MEC e ao CFE para atuarem com eficiência junto às universidades, supervisionando a sua reforma, e os seus programas, de expansão; propiciando-lhes normas flexíveis e adequadas e recursos humanos quando êste faltar

3 - A programação da universidade brasileira deve ser entendida e executada em termos nacionais. Esta programação deve ficar subordinada aos planos de governo em sua formulação macroeconômica, setorial e regional e dela deve decorrer a distribuição dos recursos. Os recursos devem refletir desempenho e cada vez mais se procurará desvinculá-los de critérios puramente políticos.

4 - Adequação - num contexto de programação - dos cursos aos mercados de trabalho e destes, como das próprias universidades, às peculiaridades regionais.

5 - Adoção de um sistema de currículo mais flexível que permitam a outorga de diplomas ao serem completadas etapas parciais dos cursos Superiores, dentro de espírito do projeto Walnir Magas.

6 - Implantação de um sistema nacional realístico de bolsas de estudo, que estimule o mérito e que possa servir de instrumento para facilitar a mobilidade Social.

Estas são, minhas senhoras e meus senhores algumas das considerações que desejava fazer sobre a atual conjuntura da universidade brasileira.

Perdoem-me se insisto sobre a necessidade de se tomarem medidas com caráter de urgência. Os problemas de perturbação no meio estudantil, a insatisfação do corpo docente, podem ser consideradas transitórias e têm solução. O que está em jogo é o nosso destino de Nação livre e independente pela falência do sistema educacional.

É necessário provocar a reação catalítica! Tratemos de dar condições ao catalizador para provocar essa reação. Para esse trabalho todos os cidadãos estão convocados.

*Rio de Janeiro, 1º de abril de 1968*

Anexo ao

autor

\* Análise da Universidade Brasileira

SOBREVIVÊNCIA NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO AD LONGO DE DUAS TURMAS

GRADUADOS NO BRASIL : 1965

TURMAS	1ª Série Primária		1ª Série Superior		4ª Série Superior			
	Número	Índice	Número	Índice	Número	Índice		
1950/1961-64	2.459.000	100.000	34.562	1.400	19.700	800	Matemática Física e Química	300/350
1962/1973-76	4.352.000	100.000	83.200	1.912	64.900	1.490	Administração e Economia	2.700
							Direito	4.500
							Engenharia	2.300
							Filosofia, <del>Artes</del> e Letras	4.500
							Medicina	1.800

\* Conferência proferida por David Carneiro Jr. na Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro em 1º de abril de 1968.

IDADES	HUMANOS		FINANCEIROS		TAXA DE INVESTIMENTO (%)	SALDO (%) NÃO UTILIZADO	FÍSICOS (Área) M <sup>2</sup> /Aluno (1964)
	M/D (x)	G/M (x x)	Dispêndios totais NC\$ 1000/Aluno	Disp. Correntes NC\$ 1000/Aluno			
ará	6,7	13	5,4/6,3	2,2/3,5	22	23	15,5
nambuco	4,2	13 - 15	3,4/5,9	2,2/3,7	32/21	10	19,0 (29,8)
la	4,3	12	3,7/6,2	3,4/3,9	24	3	31
	5,2	16	4,3/5,3	2,9/3,8	31/27	8	16(27,5)
	5,3	15	3,3/4,4	2,1/3,1	29/36	12	34,5
	4,9	12	3,7/6,2	3,4/4,0	20	4	26,5
	12,4	13	6/7	5/6	13	-1	2,7
aná	7,2	15	2,1/2,8	8/2,1	34	27	25,2
	5,3	15	3,0/5,4	2,4/3,2	33/18	15	26,2
	6,6	16	5/1,4	5/1,1	24(61/66)	7,9(11)	9,2(4,2)
	5,3	--	4,2	3,2	24	--	----
líba	5,7	--	4,2	3,3	20	--	----
María	6,3	--	5,6	3,2	43	--	----
lis	7,1	--	4,0	2,9	28	--	----
	---	--	11,1	6,0	46	--	----
	5,5	--	9,1	4,6	49	--	----
inense	7,0	--	4,0	2,6	35	--	----
oas	7,0	--	4,2	2,6	38	--	----

ulados/Docentes

ados/Matriculados

TJT - RELACAO DE MATRICULADOS/DOCENTES POR CURSO E UNIVERSIDADES

1965 ou 1966

	UF CE	UF PE	UF BA (65)	UF MG	UF RJ	U SP	U Mack (65)	UF PR (65)	UF RGS	PUC RJ
RAÇÃO	---	---	2,9	---	---	---	---	---	---	---
A	6,4	---	---	---	---	5,3	---	6,1	5,7	---
TURA	3,8	2,6	4,3	3,3	7,4	2,1	5,4	---	3,5	---
NTES	---	1,7	4,0	4,4	2,1(64)	---	---	---	2,8	---
DOCUMENTAÇÃO	---	6,2	7,0	5,2	---	---	---	8,4	17,0	---
S ECONÔMICAS	9,7	5,0	5,0	8,6	7,2	6,2	14,5	10,5	8,2	---
	16,6	8,1	11,9	32,0	23,3	15,9	30,0	18,8	8,9(4,3)	5,6
GEN	---	1,7	1,6	2,0	2,9	1,7	---	---	2,4	1,0
RIA	3,8	4,5	5,6	7,6	4,3	4,9	11,2	5,4	6,6	8,3
UTICA	3,9	2,7	2,6	2,1	1,9	2,5	---	4,7	3,6	---
IA MAT. QUIM.	10,2	4,6	2,5	3,9	7,8	6,5	8,4	5,7	4,5	1,9
A										
IA (outros)	8,3	4,1	5,8(64)				5,6	11,2	8,0(64)	5,7
A	---	1,8	2,9	---	---	---	---	---	3,4	---
IA	3,8	3,3	2,6	2,6	2,8	4,6	---	6,5	3,6	---
ONISMO	---	4,7	2,0	---	2,1	---	---	---	---	---
OGIA	3,9	4,7	4,4	3,5	2,3	2,2	---	5,1	3,0	---
	---	2,1	---	---	7,2	---	---	3,8	---	---
ARIA	---	---	---	2,9	---	2,6	---	---	---	---
IO FISICA	---	---	---	---	5,3	---	---	---	---	---
L	6,7	4,2	4,3	5,2	5,3	4,9	12,4	7,2	5,3	6,6

XV - ORDENAÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIVERSIDADES PELA RECEITA ANUAL

(N em milhões)

1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965							
82	86	1,04	SP	89	SP	2,40	SP	3,92	SP	6,76	SP	12,5	SP	22,	SP	65,7
42	47	56	RS	66	RS	1,31	RS	2,24	RS	3,32	RS	4,3	RS	5,3	RS	6,7
37	43	48	SC	71	SC	1,21	SC	1,20	SC	2,79	FL	4,0	SC	5,0	SC	6,7
36	42	47	BA	44	BA	37	BA	37	BA	2,05	BA	2,6	BA	3,0	BA	3,6
23	26	45	RS	41	RS	62	RS	62	RS	1,77	RS	2,9	RS	3,0	RS	3,6
13	21	28	PR	18	PR	75	PR	30	PR	1,5	PR	2,8	PR	3,0	PR	3,6
10	14	20	PE	15	PE	59	PE	59	PE	1,09	PE	1,4	PE	1,8	PE	2,2
8	11	14	MA	12	MA	10	MA	10	MA	0,47	MA	0,7	MA	0,9	MA	1,1
7	9	12	MG	9	MG	7	MG	7	MG	0,37	MG	0,5	MG	0,6	MG	0,8

- Legenda:
- SP - Universidade de São Paulo
  - RJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
  - BA - " " da Bahia
  - RS - " " do Rio Grande do Sul
  - MG - " " de Minas Gerais
  - PE - " " de Pernambuco
  - Mac. - Universidade Mackenzie
  - PR - Universidade Federal do Paraná
  - CE - " " do Ceará
  - Flum - " " Fluminense
  - St.M - " " de Stf Maria
  - PUC - Pontificia Unives. Católica (Rio de Janeiro)

1968